

AGRONEGÓCIO

Safra deve recuar em 2026

Após recorde este ano, produção de cereais, leguminosas e oleaginosas deve totalizar 335,7 milhões de toneladas

» RAFAELA GONÇALVES

A safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas deve atingir 335,7 milhões de toneladas em 2026, uma queda de 3% em relação ao recorde estimado para 2025, de 345,9 milhões de toneladas. A previsão consta na atualização mensal do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O declínio da produção deve-se, principalmente, à menor estimativa para o milho, que deve cair 6,8%, ou 9,6 milhões de toneladas. Segundo Carlos Barradas, gerente de levantamentos agrícolas do IBGE, a queda projetada ocorre principalmente porque a base de comparação deste ano é excepcionalmente alta. "As condições climáticas favoreceram fortemente o desempenho tanto da primeira quanto da segunda safra, um cenário que dificilmente se repetirá no próximo ano", destacou.

Também há projeções de queda para outras culturas: o sorgo deve recuar 14,6%, ou 787,9 mil toneladas; o arroz, 8,0%, ou 1 milhão de toneladas; o algodão herbáceo em caroço, 11,6%, ou 1,1 milhão de toneladas; o trigo, 4,0%, ou 319,2 mil toneladas; e o feijão da primeira safra, 3,5%, ou 33,6 mil toneladas.

Para 2026, a produção de soja está estimada em 166,0 milhões de toneladas. A produção de milho deve totalizar 141,6 milhões de toneladas, divididas entre 25,8 milhões na primeira safra e 115,9 milhões na segunda. O arroz (em casca) deve alcançar 12,6 milhões de toneladas, o trigo 7,9 milhões, o algodão herbáceo (em caroço) 9,9 milhões e o sorgo 5,4 milhões de toneladas.

Fotokostic/Gettyimages



O declínio da safra de grãos é explicada, principalmente, pelo milho, que deve cair 6,8%, ou 9,6 milhões de toneladas no próximo ano

Recorde

A atualização de novembro estima que a safra de 2025 deve atingir 345,9 milhões de toneladas, 18,2% acima do volume de 2024, um aumento de 53,2 milhões de toneladas. Em relação a outubro, houve acréscimo de 313,7 mil toneladas, ou 0,1%.

O resultado deve consolidar a safra de este ano como a maior da série histórica do levantamento. A área a ser colhida este ano deve chegar a 81,5 milhões de hectares,

3,1% maior do que a de 2024, com aumento de 2,5 milhões de hectares. Frente a outubro, a expansão foi de 66,8 mil hectares, ou 0,1%.

"Apesar de problemas climáticos, como a escassez e a má distribuição das chuvas durante o principal período de cultivo, a safra de verão, no Rio Grande do Sul e em algumas áreas do Mato Grosso do Sul e do Paraná, houve queda na produção de soja em 2025. No entanto, as condições climáticas favoreceram a safra deste ano, impulsionando

esse aumento significativo", destacou o gerente da pesquisa.

Clima incerto

Com o clima incerto, produtores de milho já antecipam a contratação de seguros para a safrinha, que se tornou uma das principais safras do calendário agrícola brasileiro. A antecipação permite maior previsibilidade no planejamento de custos e garante cobertura adequada aos riscos climáticos.

Segundo a seguradora Mapfre, desde o final de novembro, quando iniciou oficialmente a venda das apólices, a procura por parte dos produtores tem aumentado, especialmente nas regiões do Centro-Oeste e do Paraná, onde o plantio ocorre logo após a colheita da soja.

Nos últimos anos, a safrinha deixou de ser apenas uma "segunda" safra e se tornou a principal na produção de milho no país, respondendo por cerca de 70% da oferta nacional. Esse destaque também



Apesar de problemas climáticos, como a escassez e a má distribuição das chuvas durante o principal período de cultivo, houve queda na produção de soja em 2025"

Carlos Barradas,
gerente de levantamentos agrícolas do IBGE

aumentou a exposição dos agricultores aos riscos climáticos.

Como o plantio ocorre após a colheita da oleaginosa podem comprometer a semeadura do milho, elevando o risco de perdas por estiagem, veranicos ou geadas tardias. A alternância entre El Niño, La Niña e condições neutras nos últimos ciclos reforça essas incertezas.

Segundo o diretor técnico de seguro rural da Mapfre, Fabio Damasceno, esse contexto tem levado o produtor a se programar mais cedo. "A contratação antecipada permite adequar a cobertura ao zoneamento climático e ao planejamento de cada propriedade, além de garantir condições mais estáveis diante da oscilação dos custos de produção", explica. A busca ocorre principalmente nos estados do Sudeste, Centro-Oeste e Paraná, região que concentra boa parte da produção brasileira de milho safrinha.

JUROS

Após Copom cauteloso, mercado aguarda a ata

» ROSANA HESSEL

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, ao manter a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano pela 4ª reunião consecutiva, na quarta-feira, também manteve o conservadorismo no comunicado, sem dar sinais de quando pretende iniciar o corte dos juros em 2026. A falta de uma sinalização dos rumos da política monetária, incluindo a manutenção do trecho que deixa a porta aberta para alta dos juros, fez o mercado aumentar as apostas em uma queda da Selic apenas a partir de março de 2026.

Diante do discurso cauteloso do Banco Central, alguns analistas acreditam que, na próxima terça-feira, quando será divulgada a ata da reunião do Copom, poderá haver alguma sinalização de que os juros podem cair ainda em janeiro. Eles argumentam que, como a taxa básica está num patamar bastante elevado, com taxa de juro real (descontada a inflação) em torno de 10% ao ano, há condições que permitem o início do ciclo de flexibilização em janeiro, como a atividade mais fraca e a inflação se acomodando dentro do limite superior da meta, de 4,50%.

De acordo com Eduardo Velho, economista-chefe da Equador Investimentos, será preciso aguardar a ata do Copom, na próxima semana, para bater o martelo dessa confirmação. "Por enquanto, o mercado está dando uma probabilidade maior para início do corte em março, mas janeiro ainda está no jogo. Mas isso vai depender muito da ata, que, de certa maneira, já teve surpresa no passado. Mas, se não houver nenhuma mudança no discurso do que está no comunicado, o mercado vai continuar precificando que a maior probabilidade de queda é em março, que, por enquanto, está em torno de 70% das apostas", destacou.

Velho reconheceu que a falta de sinalização do BC sobre quando pretende começar a cortar os juros está relacionado, em parte, à piora do quadro fiscal que está entrando no radar dos agentes financeiros. "O mercado está começando

Marcelo Casal/Agência Brasil



Banco Central: ata do Copom deve sinalizar mais arrocho na política monetária, segundo especialistas

a precificar a piora do quadro fiscal, porque ele estava descolado e não estava ligando muito", afirmou. Ele destacou que medidas como a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 permitindo abatimento da meta fiscal de até R\$ 10 bilhões de aporte do Tesouro Nacional aos Correios, estatal que atravessa uma grave crise financeira, têm preocupado os analistas. "A flexibilização da LDO e a falta de clareza sobre a arrecadação para o ano que vem, tendem a agravar o quadro da dívida pública, que vai permanecer elevada. E só agora o mercado está começando a incorporar o risco fiscal", alertou.

Especialistas ainda destacam que a nova perspectiva do Banco Central para inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deste ano passou de 4,6%, no Copom de novembro, para 4,4%, no de dezembro, abaixo do teto da meta, em linha com as atuais projeções do mercado. E, para o segundo trimestre de 2027 — considerado o horizonte relevante monitorado pelo Comitê —, a estimativa para o IPCA

passou de 3,3% para 3,2%, levemente acima do centro da meta, de 3%.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, ressaltou que, apesar de o Copom manter praticamente o mesmo texto do comunicado da reunião de novembro, "seria uma ótima indicação de que uma queda dos juros estaria descartada". "Entretanto, como o presidente do BC, Gabriel Galípolo, fez questão de ressaltar que o Copom não precisa alterar substancialmente a sua comunicação para proceder uma mudança da política monetária, podemos dizer que essa reunião ainda está no jogo", disse. "Além disso, a queda na projeção, mesmo que na margem, mostra uma convergência para a meta, e a troca de 'suficiente' para 'adequada' vai deixar uma pulga atrás da orelha do mercado", acrescentou.

Leal manteve a expectativa de um corte de 0,25 ponto percentual na reunião de janeiro do ano que vem, pois ele estima que, quando o novo horizonte passar para o terceiro trimestre de 2027, a inflação já estará no centro da meta. "Sabemos se essa possibilidade é factível ou não no Relatório

de Política Monetária (RPM) da semana que vem, quando o Banco Central abrirá as suas projeções", afirmou.

Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), também reconheceu que os juros seguem "absurdamente elevados". "O Banco Central já deveria ter começado a reduzir a taxa básica, porque a desaceleração da atividade é nítida e o ambiente é de inflação mais controlada", afirmou Oliveira.

Na avaliação dele, a economia está, de fato, sentindo o impacto do aperto monetário. "Ele está funcionando na atividade e na inflação. Então, acho que as condições para o BC em breve começar a cortar os juros, nem que sejam lentamente, estão dadas", afirmou Oliveira, em referência aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicando variação de 0,1%, no Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre do ano, e o fato de o IPCA acumulado em 12 meses até novembro, de 4,46%.

COMÉRCIO EXTERIOR

Confirmado acordo Mercosul-UE

Reprodução



Acordo com a UE deve ser assinado durante cúpula do bloco sul-americano

» VINICIUS DORIA

Em negociação há quase três décadas, o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia deve ser assinado em 20 de dezembro, na Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do bloco, em Foz de Iguaçu (PR). A cúpula foi confirmada pelo Palácio do Planalto, em nota divulgada ontem. Na véspera da assinatura, haverá uma reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum, além de encontros entre ministros de Relações Exteriores e da Economia dos países do Mercosul, além dos presidentes dos respectivos Bancos Centrais.

O encontro dos representantes dos dois blocos comerciais para selar o acordo ainda neste ano estava ameaçado por falta de datas livres na agenda dos presidentes da Argentina, Javier Milei, e do Paraguai, Santiago Peña. Também esbarrava na resistência de alguns países europeus, capitaneados pela França. Havia na mesa a proposta de adiar a cúpula do Mercosul para janeiro do ano que vem, mas as diplomacias atuaram para fechar essa questão ainda neste ano.

Para o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Mario Lubetkin, o acordo permitirá que a UE exporte mais veículos, máquinas, vinhos e bebidas alcoólicas para a América Latina, em troca de facilitar a entrada de carne, açúcar, arroz, mel e soja sul-americanos na Europa.

"Neste contexto internacional, entrar em uma nova fase UE-Mercosul é chave para os dois (blocos), e seria muito negativo se algo diferente da assinatura acontecesse", disse o chanceler à Agência France-Presse (AFP).

A expectativa da Comissão Europeia — braço executivo da UE — é que, entre 17 e 19 de dezembro, todos os 27 países-membros do bloco europeu autorizem o acordo. Com relação às críticas da França sobre as salvaguardas da produção agrícola francesa, Lubetkin disse que a UE vai reforçar o controle sobre as exportações agrícolas, para tentar convencer a França a apoiar o acordo comercial. A AFP informou que Paris exigiu reforço dos controles de comércio exterior, principalmente de resíduos de pesticidas, para reconsiderar sua posição.

Em novembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, na África do Sul, que o acordo sairia ainda neste ano, apesar da resistência de alguns países europeus. "É um acordo que envolve praticamente 722 milhões de habitantes, e US\$ 22 trilhões de PIB (Produto Interno Bruto). É uma coisa extremamente importante. Possivelmente seja o maior acordo comercial do mundo. Depois que assinar o acordo, vai ter ainda muita tarefa para a gente poder começar a usufruir das benesses desse acordo. Mas vai ser assinado", enfatizou.